



VALOR VIDA E VALOR MORTE NO JORNALISMO **Reflexões a partir de um projeto de extensão em comunicação¹**

João Pereira Vale Neto²

Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

A partir da experiência do projeto de extensão Coque Vive, realizado pelo Departamento de Comunicação Social da UFPE na comunidade do Coque, localizada no centro do Recife, deseja-se refletir sobre as questões que imbricam o estigma de “bairro violento” com a naturalização da morte dos jovens da comunidade. Investigadas a partir de uma seleção de matérias no jornal *Diário de Pernambuco*, percebe-se que as estratégias discursivas da mídia impressa para repertoriar a violência estão relacionadas à uma objetividade jornalística fundamentada a partir do discurso policial e uma pouca valorização da vida e da morte dos jovens de periferia urbana.

Palavras-chave

Objetividade jornalística; aparato policial; criminalização da pobreza

Corpo do trabalho

O presente trabalho está dentro das preocupações centrais do projeto de extensão Coque Vive³ do Departamento de Comunicação Social da UFPE. O projeto, que atua desde 2006 no bairro do Coque, tem como objetivo, nos últimos meses, a construção de uma rede de alianças simbólicas e reais com agentes socioculturais do bairro do Coque a fim de realizar a transformação do estigma que cerceia o bairro como uma “comunidade violenta”. Entre estes agentes da rede, estão o Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis (NEIMFA) e o Movimento Arrebetando Barreiras Invisíveis

¹ Trabalho apresentado ao Intercom, na Divisão Temática de Comunicação, Espaço e Cidadania, do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste.

² Mestrando PPGCOM/UFPE, coordenador-assistente do projeto Coque Vive (www.coquevive.org). Email: jono.vale@gmail.com

³ O projeto vem tendo muitos “nomes” nos últimos três anos: Filhas e Filhos do Coque (MINC/PROEXT Cultura 2007); Rede de Educomunicação Solidária (MEC/SESU 2006); Formação de Agentes de Mediação Sociocultural (MEC/SESU 2007); Estação Digital de Difusão de Conteúdos (PROEXT/2008), entre alguns outros. Genericamente, todas essas expressões são conectadas a uma outra: “Coque Vive”, que introduz uma contraposição com a manchete “Coque, uma favela que vive seus últimos dias de miséria (DP, 14.04.1985, Cidade – Caderno A, p.08)” e nasceu em uma sala de aula do Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis na ocasião em que juntos, jovens do Coque e da UFPE, realizaríamos o primeiro circuito cultural divulgando os produtos que construímos em um ano de formação.



(MABI), além da Biblioteca Popular do Coque, construída a partir da parceria dos dois agentes anteriores e da Igreja de São Francisco de Assis do Coque.

A influência de cada um desses agentes na formação da rede é *sui generis*: cada qual entra em confronto com parte boa parte dos estigmas aos quais o Coque vem sendo relacionado. Na verdade, boa parte das ações desses agentes está justamente em, a partir da motivação própria de cada um, fazer existir o Coque de “pertencimento”, para utilizar uma expressão bastante popular no NEIMFA. Assim, a Igreja de São Francisco de Assis traz consigo a luta histórica da Teologia da Libertação, na pessoa de Frei Aloísio Fragoso, resgatando a imagem da “Igreja dos Pobres”, professada por Dom Hélder Câmara, entre outros. O NEIMFA, por sua vez, rompe o pensamento tradicional do que seriam as práticas sociais a partir de uma perspectiva ético-espiritual que atravessa todas as dimensões do ser cidadão; e o MABI traz a força política dos jovens do bairro organizados, inicialmente, em torno de um *rock´m´roll* crítico contra os “bons costumes” da nossa época.

Mas qual a contribuição da Universidade nessa pluralidade de agentes tão imersos em lutas sociohistóricas de seus locais de origem? Na posição de Universidade, na qual estamos, nos vemos dispostos a contribuir a partir da *crítica* social, valendo-se para isso de uma história de pensadores que vêm opinando, desconstruindo e reconstruindo o mundo das idéias. Estamos, portanto, dispostos a investigar os problemas, popularizar nossas descobertas e construir metodologias de ação efetivas para a transformação social.

Nossa contribuição no âmbito do projeto Coque Vive desde o seu início⁴ está relacionada aos estigmas que cercam o bairro. Mas o que antes seria uma contraposição direta ao maior estigma do bairro, a violência, a partir unicamente de uma “herança” social negativa do bairro na cidade do Recife, se tornou uma teia complexa de estigmas, alicerçada em outros discursos da cidade sobre ela mesma. Mergulhamos então, em um terreno fértil e denso de posições de “ordem” da sociedade neo-liberal sobre os pobres, entendemos, assim as variações possíveis de se abordar o Coque nos meios de comunicação: o lugar da carência, o lugar dos bandidos, o lugar do Estado⁵.

⁴ O projeto surgiu a partir do jornal-laboratório Coque Vive, realizado por um convite de Rivaldo Procópio, enquanto aluno do NEIMFA e integrante do MABI - ao sexto período do curso de Jornalismo da UFPE (2006.1), sob orientação da professora Yvana Fachine.

⁵ Essas posições do Coque foram relatadas inicialmente em *Coque vive: uma investigação sobre o repertório sociohistórico de uma comunidade da periferia do Recife (PE)* IN: Juventudes do Nordeste do Brasil, da América Latina e do Caribe. Teresina: UFPI, 2009.



Aqui, é verdade, iremos aprofundar uma outra variação do estigma: não necessariamente o estigma ambiental, que transforma a área da Ilha de Joana Bezerra em escoadouro de esgotos e de péssimas qualidades de saneamento; nem tampouco o estigma visual que, a partir de uma grande quantidade de outdoors, desviam o olhar do motorista que trafega no viaduto; nem tampouco os estigmas das narrativas “populares” da violência, nos quais existe uma grande diversidade de exemplos sobre a violência no bairro do Coque. Nosso objetivo aqui é mais tóxico: gostaríamos de entender por que, muito embora os jovens do Coque venham morrendo sistematicamente, suas mortes não parecem impactar ninguém fora seus amigos e familiares. Uma vez que a grande mídia possui o papel social de publicizar os acontecimentos, acontece um “esvaziamento” da morte desses jovens na mídia, construindo assim um novo estigma: o estigma da não-morte. Esse assunto nos é caro porque estamos nós mesmos imersos junto aos agentes socioculturais e estamos vendo os jovens morrerem. O que nos inquieta é justamente saber porque eles só parecem morrer para nós e não para os outros, como os Trestálios, animais míticos que só podem ser vistos por quem já viu a morte. Quem nunca a viu, acredita que as carruagens mágicas voam sozinhas, ignorando seus reais condutores.

Ao iniciar nossa investigação sobre o estigma da não-morte, vamos entendendo que, de maneira geral, a morte de jovens de periferia urbana vem ganhando, cada vez mais, conotações de políticas de extermínio. Alguns autores como associam esse fenômeno a uma nova guetificação à luz da política neoliberal (Wacquant, 2001; Oliveira 1996). Outros como Varjão (2008) vêem claramente o estigma racial como um “passo” para a morte. Estamos, é verdade, repetindo há algum tempo que os jovens – negros e pobres – estão morrendo cada vez mais.

Entre os homens jovens, o homicídio é claramente a primeira causa de morte. Em um estudo realizado para as 27 capitais estaduais do país e as 10 regiões metropolitanas tradicionais, se observa que os homicídios de jovens entre 15 e 24 anos tiveram um dramático incremento de 88,6% nos últimos 10 anos, passando de 10.173 em 1993 para 19.188 em 2002. Entre os jovens assassinados, 93% eram rapazes e o aumento nesse lapso foi de 74% entre negros e mulatos.⁶

Mas por que parece tão difícil evitar estas mortes? Parecemos, enquanto sociedade, caminhar em dois extremos: construímos discursos cada vez mais autoritários sobre a vida dos jovens das favelas ao passo que, na prática, eles continuam

⁶ Juventud y cohesión social em Iberoamérica – um modelo para armar. CEPAL. Chile: 2008.



morrendo. Na verdade, nosso problema não é que eles morram. Os clamores da opinião pública para julgar essa juventude só se erguem para decidir sobre o direito de se *armar* para enfrentar uma sociedade cada vez mais violenta, como vimos em relação ao referendo do desarmamento e em relação aos crimes que a juventude “preta e pobre” comete contra os que não são pretos e pobres. Ao que tudo indica, se eles realizassem suas guerras internas e se destruíssem, tudo estaria em perfeita coesão.

Mas, eventualmente, essas mortes atingem os alvos “não-preferenciais”, os “inocentes” que estão transitando de maneira tranqüila na sociedade dos “tranqüilos”. Nesse momento, percebemos que os gritos abolicionistas ainda não completaram sua missão e os pelourinhos emergem na tribuna da mídia e da opinião pública com muita facilidade. Como percebe Varjão (2008), até nossas bolhas serem invadidas pelos alienígenas da favela, nós, os herdeiros da civilização, começamos a uivar alertando nossos compatriotas da chegada da barbárie. *“Na era da tecnologia da informação, os descendentes dos que habitavam as casas-grandes e os sobrados vivem em espécie de bolhas, enquanto os moradores das senzalas e dos “mucambos” amontoam-se em espaços minúsculos, “anti-higiênicos”, vazados, quase vãos”*⁷. Assim, vamos seguindo por grandes momentos de prévia invisibilidade a qual só se faz visível quando a bolha estoura. Como afirma Rato⁸, do Movimento Arrebentando Barreiras Invisíveis, a morte dos jovens assassinados que não são pretos e pobres são lembradas a partir de seus nomes: Tarcila Gusmão, Maria Eduarda, Rafael Dubeux. Como seria possível chorar pela morte dos que moram na favela se esses mortos “não tiveram seus nomes divulgados na TV ou em nenhum outro jornal; a única divulgação que tiveram foi apenas somando com o número para contagem da estatística”. O único nome que recebem é o de “traficante” e “alma sebosa” em um programa policial local.

Nesse trabalho, nos interessa justamente esses grandes momentos de invisibilidade, quando a opinião pública está preocupada com outros assuntos e a mídia imersa no seu trabalho cotidiano. Gostaríamos de evidenciar, desse modo, que, à fora as questões socioculturais citadas anteriormente, existem contribuições específicas das mídias à invisibilidade da morte desses jovens. Nosso aporte metodológico para compreender estas contribuições midiáticas tem aporte na teoria semiótica do texto (Barros, 2007). A semiótica nos ajudará a partir da proposição de um “percurso capaz

⁷ VARJÃO, S. Micropoderes, macroviolências. Salvador: EDUFBA, 2008. p.175

⁸ RATO. Vamos dar nome aos números. IN: Zine Desclassificados ano 2, nº5, dezembro de 2008.



de gerar sentido”, no qual iremos compreender algumas notícias a partir da sua materialidade: como elas dizem o que dizem.

Objetividade e aparato policial

Na seguinte matéria⁹, perceberemos o primeiro desses efeitos: o imbricamento da voz do jornalista, que narra a matéria (seu enunciador) com a voz de um de seus personagens (um ator do discurso), no caso, o ator Polícia, construído na matéria. Varjão (2008) já havia chamado atenção para o que acontece quando uma relação nesse nível de promiscuidade acontece: o discurso da Polícia, responsável historicamente por reprimir os negros e pobres, ganha uma força objetiva extraordinária ao se somar ao discurso do jornalismo, cuja maior característica na era industrial é a sua “objetividade” informacional.

Olho: Polícia fecha cerco no Coque

Título: Megaoperação aconteceu, ontem, nas proximidades do Fórum do Recife

Trinta e duas pessoas detidas, duas armas, um veículo roubado e uma moto com placa fria. Este foi o saldo da megaoperação policial realizada, ontem pela manhã, no Coque, na Ilha de Joana Bezerra. Batizada de Paz na Comunidade, a operação envolveu 221 policiais militares e civis armados com metralhadoras e cães farejadores que ocuparam as ruas do bairro por volta das 6h procurando prender assaltantes, traficantes e pessoas em atitudes suspeitas. O diretor de Polícia Especializada, Gilvan Cavalcanti, disse que o local foi escolhido por conta das tentativas de assalto ocorridas nas proximidades do Fórum do Recife.

Com um mandado de busca e apreensão itinerante, os policiais, acompanhados pelo chefe da Polícia Civil, Aníbal Moura, e do comandante da PM, coronel Weldon Nogueira, tinham autorização para revistar qualquer casa ou estabelecimento. Os policiais apreenderam a menor, A.C.F.S., 15 anos, dentro do barraco de Luciano Barbosa da Silva, 39, o Índio, acusado de traficar drogas. A menor foi encaminhada para o DPCA. O ex-presidiário Jamesson Ribeiro da Silva, 38, que cumpriu pena de três anos por tráfico de drogas, também foi preso, quanto tentava fugir pelo rio Capibaribe. Segundo a Polícia, ele estava armado com uma espingarda calibre 12, carregada. O ex-detento da PAI, Gleidson Soares Norberto, 30, andava pelas ruas sem alvará de soltura e foi levado para a Delegacia de Roubos e furtos.

Foi apreendida também uma espingarda calibre 36. Embora não tenham ocorrido prisões de criminosos procurados, o chefe de Polícia Civil aprovou o desfecho da operação. “Essa será a primeira de outras grandes operações programadas para a Região Metropolitana e Interior”, anunciou. Apesar de assustados, os moradores aprovaram a ação. O açougueiro Marivaldo Pedrosa, 40 anos, que trabalha no local há dez, confessou sentir-se mais seguro com a presença dos policiais. “Deveriam fazer isso toda semana”, comentou. (Vida Urbana, p.09, 29.03.2003)

⁹ As notícias analisadas no artigo foram obtidas a partir da pesquisa “Coque Vive: uma investigação do repertório sociohistórico de uma comunidade da periferia do Recife”, realizada em 2008, por jovens universitários e jovens do Coque, no âmbito do projeto de extensão Coque Vive (UFPE: DCOM/PPGCOM) e do Coletivo Latino Americano de Jovens Promotores de Juventude, um projeto da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO). Na pesquisa, foram inventariadas mil notícias sobre o Coque publicadas, entre 1974 e 2006, pelo jornal Diário de Pernambuco.



Existem, nos textos, três níveis: fundamental, narrativo e discursivo. Cada nível, a exceção do primeiro, que surge da própria ação do sujeito que construiu o texto, é subsumido pelo anterior. Assim, percebemos que o nível fundamental do texto acima, sua maior síntese, é a oposição Liberdade e Prisão. A partir desses dois pólos, o texto começa a ganhar sentido: existe um sujeito que tem uma missão: capturar outro sujeito, pô-lo em prisão. Esse é o percurso do sujeito que caracteriza justamente o nível narrativo do texto. Geralmente, o sujeito possui adjuvantes, fatores que lhe ajudam a realizar sua empreitada e, ao final da sua aventura, ele recebe uma sanção – positiva ou negativa – de quem o incumbiu da sua missão. O nível discursivo por sua vez, como iremos ver, é o momento em que o texto vai ganhando forma: sabemos que o sujeito é a Polícia, que existem os “bandidos criminosos” que ela deseja capturar. Existem, portanto, temas: ação policial, segurança e figuras: ex-detentos, armas, delegados que encorpam a narrativa do sujeito, ancorada como vimos nos valores antagônicos primitivos do texto: liberdade e prisão.

No texto, sabemos que “Polícia tenta capturar criminosos no Coque”. Nesse caso, o objeto de valor da Polícia, isto é, o objeto pretendido é justamente a prisão. Ela faz parte da intenção do sujeito, é o valor almejado por este. Vemos claramente que há um percurso em questão: a polícia tenta por outrem em prisão. No entanto, é importante percebermos que ela não consegue realizar sua missão. Mas o fato dela não ter conseguido prender os criminosos não é algo negativo: ao contrário, parece ter um “saldo positivo”. Por que será que ocorre essa sanção positiva ao sujeito Polícia? Vamos prestar mais atenção ao nível discursivo.

O Sujeito Polícia caça outro sujeito (“criminosos do Coque”). Ele possui força (“armados”) e onipotência (“autorização para revistarem qualquer casa”) porque este outro sujeito (“criminosos do Coque”) está envolvido em tentativas de assalto [“nas proximidades do Fórum do Recife”]. O sujeito Polícia quer cumprir sua missão e para isso realiza várias apreensões: “uma menor, um ex-presidiário, um ex-detento e uma espingarda”. Mesmo não conseguindo apreender o que, de fato, era o seu objetivo, o sujeito Polícia aprova a operação (“o chefe da Polícia Civil aprovou o desfecho da operação”) e indicou que outras acontecerão na Região Metropolitana do Recife e no interior. Além disso, sequencialmente, o sujeito Polícia é respaldado por um sujeito morador do Coque (“açougueiro”) que afirma a necessidade de acontecerem mais vezes (“semanalmente”) operações semelhantes.



Dado seu caráter informativo, o jornalismo utiliza-se da terceira pessoa do singular, verbos de citação e convoca atores para respaldar a descrição do fato narrado. Ele não instaura o *eu* ou o *tu* no texto, antes instaura um “*ele*”, disfarçando, portanto, o *eu* do jornalista que de fato narra o texto. Na Semiótica, quando se instaura um ator (ou um personagem, na linguagem jornalística) no texto, por exemplo, a Polícia, temos uma concretização figurativa e temática do enunciador. Em outras palavras, os atores do texto surgem para que o enunciador-jornalista “fale”. Da mesma forma ocorre com o jornalista: a objetividade do texto ocorre no momento em que se “mascara” de onde o jornalista está enunciando. Descobrimos, desse modo, porque a sanção aos policiais é positiva. Ela é positiva porque o jornalista concorda plenamente com a operação, isto é, se coloca em um lugar da enunciação que é bastante próximo dos policiais. É desse local que o jornalista constrói as falas do Chefe da Polícia civil e do açougueiro, investindo sobre elas e não sobre outras. Mas que outras falas ele poderia investir? Na voz, por exemplo, que interroga porque se realizaram trinta e duas apreensões se estava claro que não foram encontrados os criminosos do Coque? Se “duas armas, um veículo roubado e uma moto com placa fria” estivessem relacionadas a apreensão de trinta e duas pessoas, estaríamos, com certeza, nos remetendo a uma quadrilha. Parece que vamos encontrando um desdobramento da real missão do sujeito Polícia: ele, inicialmente, possuía a missão de prender os bandidos procurados, como não os encontrou, apreendeu trinta e duas pessoas aleatórias que só têm em comum o fato de estarem no Coque (por isso entendemos a manchete da matéria: “Polícia fecha cerco no Coque”). Na verdade, dada a falta de dados para essas apreensões e a tributação do “cerco ao Coque”, vamos entendendo que a missão da Polícia era justamente realizar qualquer ação repressiva no bairro. Seu objeto real não era ir de encontro aos criminosos, mas demonstrar seu poder de repreender de maneira aleatória, indistinta. Não foram encontrados nem “assaltantes, traficantes e pessoas em atitudes suspeitas.” Mas sim, todos os que possuíam atitudes suspeitas: menores, ex-detentos (nunca ex-bandidos) e armas se juntam no mesmo “balaio” de preconceitos. Todos ancorados no saldo positivo da operação, sancionado positivamente pelo jornalista. A voz da mídia se mistura a voz do policial: a objetividade do texto é ancorada na objetividade da operação policial. Vejamos alguns recursos que ilustram essa relação:

- Quantificação das coisas e pessoas apreendidas: armas, veículos roubados, moto e trinta e duas pessoas detidas.



- Escolha dos termos: “saldo da operação” possui uma conotação positiva, uma vez que está relacionado à crédito, à reserva de recursos por parte da polícia. É interessante perceber que saldo é o contrário do termo baixa, corrente na linguagem beligerante para tratar dos que são mortos nas guerras.
- Demonstração do poder policial associando-o à associação positiva entre os termos “Batizada” e “Paz na Comunidade”
- Esse mesmo poder envolver dimensões técnicas e estratégicas, a saber: 221 policiais militares e civis, armados com metralhadoras, cães farejadores que ocuparam o bairro por volta das 06h. Segundo a matéria, a ação policial é justificada como reação às tentativas de assalto ocorridas nas proximidades do Fórum do Recife. Para tanto, é convocado um ator discursivo (diretor de Polícia Especializada) que justifica a ação. Há também um poder de “revide”, respaldado pelo poder legal uma vez que o sujeito polícia possui: “mandado de busca e apreensão itinerantes para revistar qualquer área ou estabelecimento”.

Como podemos perceber, o efeito de objetividade do texto está em consonância direta com o efeito de respaldo do sujeito Polícia por parte do jornalista-enunciador do texto. Esse efeito, ao contrário, não ocorre com relação aos moradores do bairro: há, nesse ponto, uma ligeira confusão: trinta e duas pessoas presas; uma menor, uma arma, um veículo roubado...Qual foi o motivo preciso da prisão do ex-presidiário e do ex-detento? O que justifica a apreensão de uma “menor” em um barraco? São vozes que ficam soltas, ainda mais quando perguntamos sobre o motivo da apreensão das trinta e duas pessoas. O que, para os moradores do bairro, querem dizer, efetivamente, essa ação? Por que apenas a voz do açougueiro, à qual é atribuída uma historicidade (“trabalha no local há dez anos”) é figurativizada enquanto os familiares das trinta e duas pessoas permanecem fora do discurso? Nesse ponto vemos que o recurso da objetividade se estilhaça do ponto de vista do Coque e se reorganiza do ponto de vista do sujeito Polícia. É nesse estilhaçamento que as vidas vão escorrer, como veremos.

O valor morte e o valor vida



Vamos agora analisar a construção do valor morte e valor vida em uma matéria no jornal. Os valores, dentro da Semiótica, são os objetos que, desejados pelo sujeito, o motivam a iniciar sua aventura, construindo a narrativa. Variam sempre os percursos do sujeito para conquistar o seu valor. Como vimos na matéria anterior, pode acontecer de o sujeito não conseguir realizar sua ação, mas mesmo assim receber a sanção positiva. Existe, portanto, sempre diferenças no percurso narrativo, como existem variações muito grandes dos níveis fundamentais aos níveis narrativos e destes aos discursivos. Se, por exemplo, dissermos: João quer uma batata. Por querer uma batata, João foi ao mercado, por ir ao mercado, João foi atropelado. Estabelecemos uma relação de perplexidade uma vez que “batata” “mercado” são da mesma ordem de sentido enquanto “atropelamento” não. Como podemos ver, o simples percurso de João pode ser visto, em seu nível fundamental, justamente no pólo “vida” versus “morte”, no qual o desejo ocupa um lugar ambíguo de vida e morte ao mesmo tempo. No discurso, podemos investir mais: veremos a ingenuidade de João em seu último dia, escolhendo os legumes sem muita atenção e os sinais que poderia ter visto de que iria morrer, os quais, todavia ignorou ou não entendeu. Com certeza, construiríamos assim um discurso bastante dramático da morte de João. Mas vamos à matéria, na qual, justamente, examinaremos o objeto de valor “vida” e “morte” no discurso jornalístico a partir do percurso do sujeito J.A.C.O. assassinado no Coque.

Manchete: Adolescente assassinado no Coque

O estudante J.A.C.O. conhecido como *Gustinho*, 16 anos, foi assassinado com vários tiros, na madrugada de ontem, na rua Miranópolis, no Coque, bairro de São José. O adolescente morreu na calçada da escola Anjo Gabriel. Ontem pela manhã, as pessoas estavam assustadas com a violência na comunidade. Na madrugada da última segunda-feira, o desempregado Roberto Cardoso Filho, o Caveirinha, 28, foi arrastado de dentro da casa dele e assassinado com mais de seis tiros na rua Ibitinga. Segundo os moradores, em menos de um mês já morreram oito pessoas no bairro. A Polícia acredita que os crimes tenham relação com o tráfico de drogas na área.

O vigilante Fernando Antônio Carneiro de Oliveira, 32, pai do menor, contou que o filho saiu de casa por volta das 18h30 da última quinta-feira. “Ele disse que iria para a escola e de lá para a casa da namorada que fica aqui no bairro”, informou. Segundo Fernando, o rapaz estudava no Colégio Municipal Joaquim Nabuco, na rua Imperial. O vigilante declarou desconhecer os motivos pelo qual o filho tenha sido assassinado e disse ainda que o rapaz não era usuário de drogas. “Nunca vi J. fumando um cigarro de maconha. Se ele era viciado eu não sabia”, garantiu.

O delegado Colombo Sieber, da Delegacia de Afogados, comentou que a equipe de investigação esteve no local para ouvir as testemunhas. Segundo ele, os policiais receberam a informação de que a vítima costumava praticar pequenos furtos na área e que também era usuário de maconha. Por enquanto, a Polícia ainda não tem pistas do autor do homicídio. (Vida Urbana, p.04, 22.05.1999)



No nível fundamental vemos que há uma oposição mínima entre Vida e Morte. Mas o percurso do sujeito em questão parece fazer o caminho da Vida para a Morte de uma maneira muito pouco “dramática”. Não há vozes que “pleiteiem” os cadáveres, nem uma indignação que seja por um caminho muito simples: escola-morte. O sujeito Roberto Cardoso Filho parecia, todavia, que estava sentado no sofá de casa desfrutando da sua única ocupação: esperar, pacientemente, a morte chegar. Ao que indica, objeto valor “vida” é muito pouco desejado por esses sujeitos. Será?

A matéria traz à tona um certo jovem, conhecido por *Gustinho*, foi assassinado em um determinado tempo e local. Logo depois, outro sujeito, também é separado do valor vida. Os moradores são convocados para dizer que já aconteceram oito crimes na área e, por fim, a polícia afirma que “os crimes tem relação com o tráfico de drogas na área”. Em seguida, o jornalista-enunciador polemiza convocando dois atores: o pai do rapaz e o delegado Colombo Sieber. O primeiro afirma que este era um rapaz comum: ia da escola para a casa da namorada e, portanto, não sabia porque o filho havia sido assassinado. O enunciador acrescenta que o pai do rapaz não via o filho usando drogas, mas que mesmo assim havia a chance dele realmente ser (é possível, segundo o texto, que o pai não soubesse). Já a segunda fonte, o delegado, afirma que possui testemunhas do contrário: a vítima era usuário de maconha e realizava pequenos furtos. Sua morte é, portanto, justificável. Mas e as outras?

As outras oito mortes, parecem, estão de acordo com a morte do adolescente. De fato, não é apenas ele que está morto, também morre um outro sujeito e, segundo os moradores, morrem já oito pessoas. O sujeito Polícia decifra as mortes: estão relacionadas ao tráfico de drogas, à maconha e aos pequenos furtos. Esses, para o autor, são as figurativizações dos “valores-morte” que justificam o percurso desses sujeitos em direção à morte e não à vida. Nesse sentido, esta afirmação do sujeito polícia resolve a questão: eles já estavam condenados, não há surpresa. Foi apenas uma impressão equivocada (a do pai do rapaz assassinado) que pôde acreditar que o filho deveria estar vivo. Ao final, ao se evidenciar que o adolescente era usuário de drogas e um pequeno ladrão, sua morte volta a ser justificada (talvez necessária?).

Temos, já no primeiro parágrafo, uma escolha interessante por parte do jornalista-enunciador que denota o seu investimento no personagem principal. Como se sabe, jovens que não tenham atingido os 18 anos devem ser protegidos de exposição pública em quaisquer circunstâncias. Mesmo assim, o enunciador revela o apelido desse



estudante. A intenção, contudo, não é avisar aos seus amigos de colégio que ele está morto. A intenção, segundo podemos perceber ao longo de várias matérias coletadas, é identificá-lo como tantos outros jovens e adultos que possuem um nome “próprio” ao se envolverem em atividades ilícitas. Temos assim, Luciano Barbosa da Silva, o Índio (29/03/2003), Adriano Taenga e Nêgo Bi (22/02/2005), Edvaldo Idalino da Conceição, o Boboy (03/01/1998), entre tantos outros. Na verdade, essa é a única justificativa para a morte do adolescente estar lado a lado com a de Roberto Cardoso Filho, o Caveirinha. São esses apostos que os unem, juntamente com suas aproximações do objeto de valor “morte” e suas figurativizações. É válido lembrar que, de fato, não estamos falando dos sujeitos reais, mas das figuras construídas pelo jornalista-enunciador. Aos sujeitos reais nunca teremos acesso, somente conseguiremos acessá-los a partir da construção que faz o texto.

E a questão que se coloca perante nós nessa matéria não é a morte do jovem. Paira no texto uma constatação de que esses jovens morrem mesmo, sempre morreram, nunca houve um momento anterior no qual eles detivessem a vida. É como, se na verdade, não houvesse alguém ali. Um personagem que não é personagem, uma figura que não é figura, um nome que não é nome.

Para se constituir um ator real, “vivo” na linguagem, é necessário um posicionamento de “sopro” de vida. Esse posicionamento diz respeito a um investimento semântico e sintático do valor vida, uma competência (atributos para ação) e uma performance (realização da ação) para este valor por parte do enunciador. Para se morrer é preciso já haver existido. Vamos agora ver o caso de outro jovem, que, diferente de Gustinho, conseguiu ainda sobreviver um pouco mais antes de ser “devolvido” ao mundo dos mortos.

Manchete: Jovem é morto dentro de um posto de saúde

Intertítulo: Coque

Diogo Rodrigues da Silva, 15 anos, foi morto com um tiro na cabeça dentro do posto municipal de saúde Perilo Pernambucano, no Coque. O crime aconteceu ontem, às 09h30, minutos antes da chegada dos soldados da Polícia Militar, que fazem a patrulha no local. Diogo havia acabado de sair de uma consulta odontológica e ia se encontrar com a mãe, Jucélia Rodrigues da Silva. O crime chocou funcionários do posto.

“Ouvimos o barulho e saímos para ver. Estamos assustadas. Foi a maior violência que já vi” disse uma enfermeira, que preferiu não se identificar por medo. O rapaz foi atingido no pátio, a menos de dois metros da porta principal. “E se o posto estivesse cheio? Poderia ter acontecido uma tragédia”, comentou outra enfermeira. Ninguém admitiu ter presenciado a morte.



O chefe da Guarda Municipal, coronel José Ramos, disse que durante o dia são feitas rondas no local. “A patrulha estava a caminho quando a morte aconteceu. Foi um caso planejado e dificilmente conseguiríamos evitar”, afirmou Ramos.

Há um mês Diogo foi baleado, vítima de um atentado. O rapaz levou dois tiros no tórax e fazia curativos no posto. “Ele tinha voltado para casa poucos dias atrás, mas estava sendo ameaçado”, disse a irmã Girlene Rodrigues. Segundo o comissário Marcos Vieira, do Departamento de Operações da Polícia Civil, a morte foi um acerto de contas. Diogo é suspeito de participar do assassinato de um vigilante há dois meses. (Vida Urbana, p.02, 14/10/2003)

Identificamos o objeto-valor vida a partir do momento em que se evidencia que Diogo havia acabado de sair de uma consulta médica e estava indo encontrar sua mãe (Jucélia). Ele, Diogo, já havia sofrido um atentado antes (sua sobrevivência, a mãe e os cuidadosos médicos são uma marca do valor-vida). Sua irmã é convocada para dizer que ele estava sendo ameaçado. A Polícia diz que poderia ter chegado, mas não chegou. No entanto, Diogo também retorna ao objeto de valor morte quando, ao final da matéria, o enunciador convoca o ator discursivo “Comissário Marcos Vieira”, do “Departamento de Operações da Polícia Civil” para afirmar que a morte foi um acerto de contas (previamente, outro Guarda já havia dito: “dificilmente conseguiríamos evitar”) porque o rapaz era “suspeito de participar do assassinato de um vigilante há dois meses”. Assim, muito embora identifiquemos a construção do valor vida, ele, mais uma vez, é superado pela morte.

A morte de Diogo, contudo, ainda é mais “polêmica” que as mortes anteriores, graças a um investimento em temas (o encontro com a mãe, o atentado anterior, os cuidados consigo) e atores (a irmã), ainda se pode sentir mais a sua morte, mesmo que o enunciador não consiga sustentá-la até o fim. Na literatura, quando um personagem cheio do valor vida desaparece, seja por que motivo for, o leitor sente aquela perda, remói um pouco as páginas para trás, busca reencontrá-lo. Logo, podemos considerar que para que seja compreendida que a vida se foi, é necessário que ela tenha surgido antes. A antinomia vida-morte ocorre dessa forma. Quando apenas uma delas surge, não sentimos, de fato, a importância e o sentido da outra.

O terror engolfou-o, ali deitado no chão, com aquele tambor fúnebre batendo em seu íntimo. Doeria morrer? Todas as vezes que julgara ter chegado a hora e escapara, ele nunca realmente pensara na morte em si: sua vontade de viver sempre fora muito maior que o seu medo de morrer¹⁰.

¹⁰ ROWLING, J.K. Harry Potter e as relíquias da morte. Rio de Janeiro: Rocco, 2007, p.537



Podemos perceber que os personagens não se tornam importantes por uma característica “per si”. Eles só podem passar a existir no momento em que o autor posiciona-os da forma como lhe convier, em um certo desejo ou demonstração de vida. Essa consideração vale para qualquer cenário, seja em relatos sobre guerras atômicas, fábulas infanto-juvenis ou textos jornalísticos.

Dessa premissa, nos perguntamos: quais as conseqüências que uma abordagem discursiva que privilegie a *morte contra a vida* traz para os jovens “pobres e pretos”? Estamos ou não lidando com uma morte simbólica sem igual que perpassa a construção dessa juventude nos momentos de “invisibilidade” das mídias? E mais: a partir do momento em que essas jovens se tornam “objetivadas” pelo discurso do sujeito Polícia mesclado ao discurso jornalista, não ganha ares de uma política de extermínio sistemática? Como afirma Cordeiro (2007):

A hierarquia dos assuntos na mídia não seria motivo de grande preocupação, caso não houvesse uma dupla circunstância: o lugar privilegiado ocupado pela mídia na hierarquia da sociedade e a natureza do papel desempenhado pelos meios de comunicação na atualidade. (...) Trata-se de uma esfera capaz de acusar a existência de algo a um número incontável de indivíduos que, de outro modo, não teriam acesso àquela informação.

No âmbito do projeto de extensão Coque Vive, estamos cada vez mais instigados a construir plataformas de “desconstrução” de estigmas. Na verdade, plataformas nas quais os sujeitos do bairro elaboram suas falas e as retransmitem para o entorno a partir de diferentes meios: fanzines, vídeos, músicas, grafites¹¹. É importante, contudo, destacar que esses projetos só fazem sentido na confrontação mesmo com as mídias. Seria bastante injusto dizer que os sujeitos do bairro do Coque desconhecem o valor de suas vidas e desvalorizam a “objetividade” do discurso da Polícia. Na verdade, é quando os grandes meios surgem, com grandes significações, que vale a pena se munir de estratégias de contraposição para evidenciar a vida pulsante e os discursos multifacetados da comunidade do Coque.

Referências bibliográficas

BARROS, D.L.P. **Teoria Semiótica do Texto**. São Paulo: Ática, 2007.
CORDEIRO, T. **Prefácio**. In: Micropoderes, macroviolências. VARJÃO, S. Salvador: EDUFBA, 2008.

¹¹ Estamos em processo de finalização da Estação e Estúdio digital Coque Vive, entre outras ações de valorização da comunicação para a vida. Mais informações podem ser obtidas em www.coquevive.org



- FIORIN, J.L. **Em busca do sentido**. Estudos discursivos. São Paulo: Contexto, 2008
- CEPAL. **Juventud y cohesión social em Iberoamérica** – um modelo para armar. Naciones Unidas: Santiago do Chile, 2008.
- OLIVEIRA, L. **Neo-Miséria e Neo-Nazismo** - Uma revisita à crítica à razão dualista. Política Hoje, Recife (PE), v. 5, p. 100-122, 1996
- VALE NETO, J.P.V; SANTOS, R.L; SILVA, R.F.S. XAVIER, S.S, LIMA, G.V., SILVA, M.C.F. **Coque vive: uma investigação sobre o repertório sociohistórico de uma comunidade da periferia do Recife (PE)** IN: Juventudes do Nordeste do Brasil, da América Latina e do Caribe. Teresina: UFPI, 2009.
- SILVA, R.F.S. **Coque vive: Notícias**. Inventário. Disponível na Biblioteca Popular do Coque
- VARJÃO, S. **Micropoderes, macroviolências**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.